



Período: **OUTUBRO/2012**

Decreto nº 58.492/12

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS e dá outras providências.

O Decreto nº 58.492, de 26 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 27.10.2012, acrescenta ao Anexo I do Regulamento do ICMS nova situação isencional, nos termos seguintes:

Artigo 159 (MATÉRIA-PRIMA, MATERIAL SECUNDÁRIO, EMBALAGENS, PARTES, PEÇAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - TRANSPORTE PÚBLICO SOBRE TRILHOS DE PASSAGEIROS) - Operações internas realizadas com matéria-prima, material secundário, embalagens, partes, peças, máquinas e equipamentos a serem empregados na fabricação, manutenção ou reparação de trens, locomotivas ou vagões destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros (Convênio ICMS-94/12). (Artigo acrescentado pelo Decreto [58.492](#), de 26-10-2012, DOE 27-10-2012, em vigor a partir de 01-12-2012)

§ 1º - O benefício previsto neste artigo:

1 - aplica-se também relativamente à parcela do imposto correspondente ao diferencial de alíquota na aquisição interestadual de mercadorias de que trata o "caput";

2 - fica condicionado à comprovação do efetivo emprego das mercadorias na fabricação, manutenção ou reparação de trens, locomotivas ou vagões referidos no "caput";

3 - tratando-se de operação de importação:

a) aplica-se somente a mercadorias novas;

b) fica condicionado, além do disposto no item 2:

I - à inexistência de produto similar produzido no país, atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo território nacional;

II - a que o desembarque e o desembaraço aduaneiro sejam realizados em território paulista.

§ 2º - Não se exigirá o estorno do crédito do imposto em relação à mercadoria beneficiada com a isenção de que trata este artigo.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



§ 3º - Este benefício vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-94/12, de 28 de setembro de 2012.

O Decreto nº 58.492/12 entrará em vigor em 1º de dezembro 2012 e, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 58.491/12

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS e dá outras providências.

O Decreto nº 58.491, de 26 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 27.10.2012, acrescenta ao Anexo I do Regulamento do ICMS nova situação isencional, qual seja, operação interna ou interestadual realizada com trens, locomotivas ou vagões, nos termos seguintes:

Artigo 158 (TREM, LOCOMOTIVA OU VAGÃO) - Operação interna ou interestadual realizada com trens, locomotivas ou vagões, destinados às redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros (Convênio ICMS-94/12). (Artigo acrescentado pelo Decreto [58.491](#), de 26-10-2012, DOE 27-10-2012, em vigor a partir de 01-12-2012)

§ 1º - O benefício previsto neste artigo:

1 - aplica-se também relativamente à parcela do imposto correspondente ao diferencial de alíquota na aquisição interestadual de mercadorias de que trata o "caput";

2 - fica condicionado à comprovação do efetivo emprego das mercadorias nas redes de transportes públicos sobre trilhos de passageiros;

3 - tratando-se de operação de importação:

a) aplica-se somente a trem, locomotiva ou vagão novos;

b) fica condicionado, além do disposto no item 2:

I - à inexistência de produto similar produzido no país, atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos, com abrangência em todo território nacional;

II - a que o desembarque e o desembaraço aduaneiro sejam realizados em território paulista.

§ 2º - Não se exigirá o estorno do crédito do imposto em relação à mercadoria beneficiada com a isenção de que trata este artigo.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



§ 3º - Este benefício vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-94/12, de 28 de setembro de 2012.

Restou revogado, a partir de 1º de dezembro de 2012, o Decreto 54.715/09 que instituía o Programa de Incentivo à Expansão e Modernização do Transporte Ferroviário no Estado de São Paulo.

O Decreto nº 58.491/12 entrará em vigor em 1º de dezembro 2012 e, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 58.475/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

O Decreto nº 58.475, de 22 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 23.10.2012, introduz alteração no RICMS/SP no tocante ao Parcelamento do Débito Fiscal, nos termos seguintes:

O inciso I do artigo 1º altera a redação da alínea 'a' do item 2 do §3º do artigo 581-A:

“a) não poderão ter parcelas postergadas”

Já o inciso II dá nova redação ao artigo 583.

“**Artigo 583** - A data de vencimento das parcelas subsequentes à primeira poderá ser indicada pelo contribuinte e será mantida inclusive nas hipóteses de parcelamento e postergação da parcela.”

Após, o artigo 2º revoga: o artigo 579; o inciso II e o §2º do artigo 581-A.

O Decreto em comento entra em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 58.442/12

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

O Decreto nº 58.442, de 10 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 11.10.2012, introduz alteração no RICMS/SP no tocante à Transferência de Crédito, incluindo, através do inciso I do artigo 1º, o §9º ao artigo 70.



“Artigo 70 - É permitida a transferência de crédito simples do imposto, decorrente da entrada de bem destinado à integração no ativo permanente, nos termos de disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda (Lei 6.374/89, art. 46): (Redação dada ao artigo pelo Decreto [56.133](#), de 25-08-2010; DOE 26-08-2010; Efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012)

(...)

§ 9º - O estabelecimento que receber o crédito em transferência e não tiver débitos do imposto em valor suficiente para absorvê-lo poderá considerar a parcela não absorvida como crédito simples para utilização nos termos deste artigo.”

Já o inciso II do artigo 1º, inclui o artigo 70-I que passa a dispor:

“Artigo 70-I - A transferência de crédito do imposto, simples ou decorrente de hipótese geradora de crédito acumulado, de estabelecimento de fabricante de açúcar ou etanol para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte poderá ser autorizada nos termos de disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda.”

O Decreto em comento entra em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 146, de 29-10-2012

Disciplina a transferência de crédito de ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte.

A Portaria CAT 146, de 29 de outubro de 2012, publicada em 30/10/2012, disciplina o procedimento de transferência de crédito (simples ou decorrentes de hipótese geradora de crédito acumulado) de ICMS de estabelecimento fabricante de açúcar ou etanol para cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte.

A Portaria CAT 146/2012 entrará em vigor em 01.11.2012, ficando revogada a partir da mesma data a Portaria 16/98.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 146/2012, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Portaria CAT 141, de 04-10-2012

Altera a Portaria CAT-155/10, de 24-09-2010, que dispõe sobre a Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota – STDA, e dá outras providências.

A Portaria CAT 141, de 4 de outubro de 2012, publicada em 05/10/2012, altera o “*caput*” da Portaria CAT 155/10 que dispõe sobre a Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota - STDA, nos termos que seguem:

“Artigo 1º - O contribuinte do ICMS sujeito às normas do Simples Nacional, exceto o Microempreendedor Individual – MEI, deverá, para cada estabelecimento localizado em território paulista, entregar anualmente a Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota – STDA, que conterà, entre outras informações:”

Já o artigo 2º da citada portaria estabelece que o Microempreendedor Individual ficará dispensado da entrega da STDA referente às operações e prestações praticadas nos anos-base 2009 e 2010.

A Portaria CAT 141/2012 entra em vigor na data de sua publicação e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto Estadual nº 58.465, de 16 de outubro de 2012

Introduz alterações no Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo – RICMS/SP. *Garantia. Créditos Acumulados. Financiamento. Estabelecimentos Abatedores de Aves.*

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de outubro do ano corrente o Decreto nº 58.465, de 2012 introduziu alterações ao Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo – RICMS, instituído pelo Decreto Estadual nº 45.490, de 2000, acrescentando às **Disposições Transitórias do regulamento (DDTT) o artigo 34.**

Com a referida inclusão do artigo em comento ao Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, ficam os estabelecimentos abatedores de aves autorizados a utilizarem seus créditos acumulados do imposto (ICMS) **como garantia** para obtenção de financiamento junto à Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

Importante destacar que, os créditos a que se refere o presente decreto são os outorgados disciplinados no **artigo 35 do Anexo III** do regulamento, desde que gerados e adquiridos no período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2012 por tais estabelecimentos.

O contingenciamento dos créditos outorgados, sua transferência ou cancelamento competirá à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e será efetuado por requerimento da Agência de Fomento.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Nos termos do § 2º do artigo 1º do decreto em comento fica a Agência de Fomento do Estado de São Paulo autorizada a efetuar transferência dos créditos recebidos para outros contribuintes, observados os procedimentos exigidos pela Secretaria da Fazenda Paulista para efetivação.

O Decreto Estadual nº 58.465, de 16 de outubro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.465, de 2012, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS nº 128, de 28 de setembro de 2012

Altera o **Protocolo ICMS 159/09**, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos** entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da União em 08 de outubro do ano corrente o Protocolo ICMS nº 128, de 2012 introduz alterações no Protocolo ICMS nº 159, de 2009, que estabelece o regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os **Estados de Minas Gerais e São Paulo** com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos, referente às mercadorias relacionadas no Anexo Único do referido protocolo.

Com as referidas alterações, a Cláusula Terceira do Protocolo ICMS nº 159/09, que disciplina a forma para apuração da base de cálculo do imposto (ICMS) passa a dispor da seguinte maneira:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

As mercadorias constantes do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 159, de 2009 passam a vigorar com a redação que segue:

ANEXO ÚNICO

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1.	8414.5	Ventiladores
2.	8414.60.00	Coifas com dimensão horizontal máxima não superior a 120cm
3.	8414.90.20	Partes de ventiladores ou coifas aspirantes
4.	8415.108415.8 8415.90.00	Máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente e suas partes e peças
5.	8415.10.11	Aparelhos de ar-condicionado tipo Split System (elementos separados) com unidade externa e interna
6.	8415.10.19	Aparelhos de ar-condicionado com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora
7.	8415.10.90	Aparelhos de ar-condicionado com capacidade acima de 30.000 frigorias/hora
8.	8421.21.00	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Purificadores de água
9.	8421.29.90	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Depuradores de água elétricos
10.	8421.21.00	Aparelhos para filtrar ou depurar água - Filtros de barro

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



11.	8421.39.30	Concentradores de oxigênio por depuração do ar, com capacidade de saída inferior ou igual a 6 litros por minuto
12.	8423.10.00	Balanças para pessoas, incluídas as balanças para bebês; balanças de uso doméstico
13.	8424.20.00	Pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes
14.	8424.30.10 8424.30.90 8424.90.90	Máquinas e aparelhos de jato de água e vapor e aparelhos de jato semelhantes e suas partes
15.	8424.30.90	Lavadora de alta pressão
16.	8443.12.00	Máquinas e aparelhos de impressão, por ofsete, dos tipos utilizados em escritórios, alimentados por folhas de formato não superior a 22cm x 36cm, quando não dobradas
17.	84.67	Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou com motor (elétrico ou não elétrico) incorporado, de uso manual
18.	8467.21.00	Furadeiras elétricas
19.	8468.10.00 8468.90.10	Maçaricos de uso manual e suas partes
20.	8468.20.00 8468.90.90	Máquinas e aparelhos a gás e suas partes
21.	8214.90 85.10	Aparelhos ou máquinas de barbear, máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiador e aparelhos de depilar, de motor elétrico incorporado e suas partes
22.	8515.1	Máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca
23.	8515.2	Máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência
24.	8516.2	Aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes
25.	8516.31.00	Secadores de cabelo
26.	8516.32.00	Outros aparelhos para arranjos do cabelo
27.	84.25	Talhas, cadernais e moitões

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



28.	8415.90	Partes de máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca da posição 8515.1, e de máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência da posição 8515.2 - Exceto dos produtos destinados à construção civil
-----	---------	--

Nas operações internas com as mercadorias constantes do Anexo único do protocolo em comento deverão os Estados signatários adotar a mesma regra de definição para formação da base de cálculo do imposto (ICMS), conforme nova redação dada ao § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 159/09.

O Protocolo ICMS nº 128, de 28 de setembro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de outubro do ano corrente, ficando revogado o § 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS nº 159, de 01 de outubro de 2009.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS nº 128, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS nº 127, de 28 de setembro de 2012

Altera o **Protocolo ICMS 38/09**, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **instrumentos musicais** entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da União em 08 de outubro do ano corrente o Protocolo ICMS nº 127, de 2012 introduz alterações no Protocolo ICMS nº 38, de 2009, que estabelece o regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os **Estados de Minas Gerais e São Paulo** com instrumentos musicais, referente às mercadorias relacionadas no Anexo Único do referido protocolo.

Com as referidas alterações, a Cláusula Terceira do Protocolo ICMS nº 38/09, que disciplina a forma para apuração da base de cálculo do imposto (ICMS) passa a dispor da seguinte maneira:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

As mercadorias constantes do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 38, de 2009 passam a vigorar com a redação que segue:

ANEXO ÚNICO

ITEM	CÓDIGO NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	92.01	Pianos, mesmo automáticos; cravos e outros instrumentos de cordas, com teclado
2	92.02	Outros instrumentos musicais de cordas (por exemplo: guitarras (violões), violinos, harpas)
3	92.05	Outros instrumentos musicais de sopro (por exemplo: clarinetes, trompetes, gaitas de foles)
4	9206.00.00	Instrumentos musicais de percussão (por exemplo: tambores, caixas, xilofones, pratos, castanholas, maracás)
5	92.07	Instrumentos musicais cujo som é produzido ou deva ser amplificado por meios elétricos (por exemplo: órgãos, guitarras, acordeões)
6	92.09	Partes (mecanismos de caixas de música, por exemplo) e acessórios (por exemplo, cartões, discos e rolos para instrumentos mecânicos) de instrumentos musicais; metrônomos e diapases

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



		de todos os tipos.
--	--	--------------------

Nas operações internas com as mercadorias constantes do Anexo único do protocolo em comento deverão os Estados signatários adotar a mesma regra de definição para formação da base de cálculo do imposto (ICMS), conforme nova redação dada ao § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 38/09.

O Protocolo ICMS nº 127, de 28 de setembro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de outubro do ano corrente, ficando revogado o § 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS nº 38, de 05 de junho de 2009.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS nº 127, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS nº 126, de 28 de setembro de 2012

Altera o **Protocolo ICMS 37/09**, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano** entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da União em 08 de outubro do ano corrente o Protocolo ICMS nº 126, de 2012 introduz alterações no § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 37, de 05 de junho de 2009, que estabelece o regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os **Estados de Minas Gerais e São Paulo** produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano, referente às mercadorias relacionadas no Anexo Único do referido protocolo.

Com a referida alteração passa a vigorar a seguinte redação ao § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 37/09:

Cláusula sétima Fica condicionada a aplicação deste Protocolo à mercadoria para a qual haja previsão da substituição tributária nas legislações dos Estados signatários.

§ 1º Os Estados signatários deverão observar, em relação às operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo Único, as mesmas regras de definição de base de cálculo.

O Protocolo ICMS nº 126, de 28 de setembro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS nº 126, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).



Protocolo ICMS nº 125, de 28 de setembro de 2012

Altera o **Protocolo ICMS 35/09**, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **brinquedos** entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da União em 08 de outubro do ano corrente o Protocolo ICMS nº 125, de 2012 introduz alterações no Protocolo ICMS nº 35, de 2009, que estabelece o regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os **Estados de Minas Gerais e São Paulo** com brinquedos, referente às mercadorias relacionadas no Anexo Único do referido protocolo.

Com as referidas alterações, a Cláusula Terceira do Protocolo ICMS nº 35/09, que disciplina a forma para apuração da base de cálculo do imposto (ICMS) passa a dispor da seguinte maneira:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

As mercadorias constantes do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 35, de 2009 passam a vigorar com a redação que segue:



ANEXO ÚNICO

Código NCM/SH	Descrição
9503.00	Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de rodas; carrinhos para bonecos; bonecos; outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças ("puzzles") de qualquer tipo

Nas operações internas com as mercadorias constantes do Anexo único do protocolo em comento deverão os Estados signatários adotar a mesma regra de definição para formação da base de cálculo do imposto (ICMS), conforme nova redação dada ao § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 35/09.

O Protocolo ICMS nº 125, de 28 de setembro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de outubro do ano corrente, ficando revogado o § 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS nº 35, de 05 de junho de 2009.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS nº 125, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS nº 124, de 28 de setembro de 2012

Altera o **Protocolo ICMS 29/09**, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **bicicletas** entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da União em 08 de outubro do ano corrente o Protocolo ICMS nº 124, de 2012 introduz alterações no Protocolo ICMS nº 29, de 2009, que estabelece o regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os **Estados de Minas Gerais e São Paulo** com bicicletas, referente às mercadorias relacionadas no Anexo Único do referido protocolo.

Com as referidas alterações, a Cláusula Terceira do Protocolo ICMS nº 29/09, que disciplina a forma para apuração da base de cálculo do imposto (ICMS) passa a dispor da seguinte maneira:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados neste Protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:

$MVA \text{ ajustada} = [(1 + MVA \text{ ST original}) \times (1 - ALQ \text{ inter}) / (1 - ALQ \text{ intra})] - 1$, onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado de destino da mercadoria;

II - "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula."

As mercadorias constantes do Anexo Único do Protocolo ICMS nº 29, de 2009 passam a vigorar com a redação que segue:

ANEXO ÚNICO

Item	Código NCM/SH	Descrição
1	8712.00	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) sem motor.
2	4011.50.00	Pneus novos de borracha dos tipos utilizados em bicicletas
3	4013.20.00	Câmaras de ar de borracha novas dos tipos utilizados em bicicletas
4	8512.10.00	Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual dos tipos utilizados em bicicletas
5	8714.9	Partes e acessórios das bicicletas

Nas operações internas com as mercadorias constantes do Anexo único do protocolo em comento deverão os Estados signatários adotar a mesma regra de definição para formação da base de cálculo do imposto (ICMS), conforme nova redação dada ao § 1º da Cláusula Sétima do Protocolo ICMS nº 29/09.



O Protocolo ICMS nº 124, de 28 de setembro de 2012 entrou em vigor data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de outubro do ano corrente, ficando revogado o § 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS nº 29, de 05 de junho de 2009.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS nº 124, de 2012, [clique aqui](#).

Resolução SMA nº 76, de 26 de setembro de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

26 de setembro de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de setembro de 2012, a Resolução SMA nº 76, de 26 de setembro do mesmo ano, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, dispõe sobre a instituição do Plano de Fiscalização Ambiental para Proteção das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo.

Esta norma institui o **Plano de Fiscalização Ambiental para Proteção das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo**, a fim de sistematizar atuação integrada entre a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, as unidades de policiamento ambiental, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, o Instituto Florestal e o Instituto de Botânica, para melhor assegurar os atributos que justifiquem a proteção desses espaços.

O Plano de Fiscalização Ambiental para Proteção das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, sem prejuízo das ações legalmente atribuídas aos órgãos em referência, contempla:

- atividades de monitoramento e fiscalização no interior, no entorno e nas zonas de amortecimento das Unidades de Proteção Integral;
- procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização ambiental;
- metodologia para o planejamento, execução e controle das ações conjuntas dos órgãos envolvidos;
- banco de dados de informações de interesse ambiental resultante do intercâmbio entre os órgãos envolvidos;
- agenda de reuniões para planejamento e avaliação das fiscalizações;
- programas de treinamento e capacitação de pessoal;
- indicadores ambientais que mensurem a eficácia e efetividade das ações implementadas;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



– diagnóstico situacional das Unidades de Conservação de Proteção Integral no que se refere às atividades de monitoramento e fiscalização.

É criado o Grupo Gestor Operacional do plano, cabendo-lhe o monitoramento e acompanhamento da operacionalização do plano podendo, ainda, propor eventuais alterações e aperfeiçoamentos aos respectivos dirigentes das instituições e órgãos envolvidos.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no *link* abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 76, de 26 de setembro de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, [clique aqui](#).

Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 - Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.

Publicada no Diário Oficial da União em 18 de outubro de 2012, a **Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012**, conversão da Medida Provisória nº 571/2012, altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Dentre os pontos tratados pela presente Lei, mencionamos alguns atinentes à **Lei nº 12.651/2012**:

Passa a estabelecer normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Tem como objetivo o desenvolvimento sustentável, devendo esta Lei atender os seguintes princípios:

a) afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;



b) reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;

c) ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação;

d) responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;

e) fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa;

f) criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Conceitos: altera os conceitos de vereda, pousio e inclui os conceitos de áreas úmidas, área urbana consolidada e crédito de carbono.

Área de Preservação Permanente: considera área de preservação permanente em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei, **dentre outras:**

(i) as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

(i) as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

(ii) as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;



(iii) em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das finalidades descritas por esta Lei, dentre outras, proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no *link* abaixo.

A Lei nº 12.727/2012 entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, [clique aqui](#).

Lei Federal nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.

Publicada no Diário Oficial da União em 17 de outubro de 2012, a **Lei Federal nº 12.725, de 16 de outubro de 2012**, estabelece regras que visam à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna nas imediações de aeródromos.

De acordo com esta Lei, para o gerenciamento e a redução do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna nos aeródromos, é estabelecida a *Área de Segurança Aeroportuária - ASA*, onde o aproveitamento e o uso do solo são restritos e condicionados ao cumprimento de exigências normativas específicas de segurança operacional da aviação e ambientais.

O *Programa Nacional de Gerenciamento do Risco da Fauna - PNGRF*, desenvolvido e supervisionado pelas autoridades de aviação civil, aeronáutica militar e ambiental, abrangerá objetivos e metas comuns aos aeródromos e suas respectivas ASAs.

As *restrições especiais* constantes no PNGRF devem ser observadas, obrigatoriamente:

(i) pela autoridade municipal, na ordenação e controle do uso e ocupação do solo urbano, sendo ela a responsável pela implementação e fiscalização do PNGRF;

(ii) pela autoridade ambiental, no processo de licenciamento ambiental e durante as atividades de fiscalização e controle; e

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



(iii) pelo operador do aeródromo, na administração do sítio aeroportuário.

As propriedades rurais incorporadas à ASA também são sujeitas às restrições especiais previstas no PNGRF e à fiscalização pela autoridade municipal.

A administração pública federal, estadual ou municipal, o operador do aeródromo e o proprietário dos imóveis ou empreendimentos situados na ASA são obrigados a prestar as informações requisitadas pela autoridade de aviação civil ou pela autoridade aeronáutica militar.

Constitui infração ao disposto nesta Lei:

(i) implantar ou operar atividade com potencial de atração de espécimes da fauna na ASA sem submetê-la à aprovação da autoridade municipal e da autoridade ambiental;

(ii) estimular, desenvolver ou permitir que se desenvolva atividade com potencial de atração de espécimes da fauna consideradas proibidas no interior da ASA;

(iii) desrespeitar prazo que haja sido estabelecido para a cessação de atividade com potencial de atração de espécimes da fauna;

(iv) deixar de adequar atividade com potencial de atração de espécimes da fauna a parâmetros definidos nas restrições especiais; e

(v) desrespeitar a determinação de suspender atividade atrativa de espécimes da fauna.

A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Lei é atribuição da autoridade municipal.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no [link](#) abaixo.

A Lei nº 12.725/2012 entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, [clique aqui](#).



Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

Publicado no Diário Oficial da União em 18 de outubro de 2012, o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro do mesmo ano, dispõe sobre o *Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR*, sobre o *Cadastro Ambiental Rural - CAR*, e estabelece normas de caráter geral aos *Programas de Regularização Ambiental - PRA*, de que trata a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.

É criado o **Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR**, com os seguintes objetivos:

- (i) receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de todos os entes federativos;
- (ii) cadastrar e controlar as informações dos imóveis rurais, referentes a seu perímetro e localização, aos remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às Áreas de Preservação Permanente, às Áreas de Uso Restrito, às áreas consolidadas e às Reservas Legais;
- (iii) monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal nas áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito, e de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais;
- (iv) promover o planejamento ambiental e econômico do uso do solo e conservação ambiental no território nacional;
e
- (v) disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional, na Internet.

Os órgãos integrantes do SINIMA disponibilizarão em sítio eletrônico localizado na *internet* a interface de programa de cadastramento integrada ao SICAR destinado à inscrição, consulta e acompanhamento da situação da regularização ambiental dos imóveis rurais. O Ministério do Meio Ambiente disponibilizará imagens destinadas ao mapeamento das propriedades e posses rurais para compor a base de dados do sistema de informações geográficas do SICAR, com vistas à implantação do CAR. Os entes federativos que já disponham de sistema para o cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua base de dados ao SICAR.

Cadastro Ambiental Rural

O **Cadastro Ambiental Rural - CAR** deverá contemplar os dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural, a respectiva planta georreferenciada do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais.



A inscrição no CAR, obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural. Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente estabelecerá a data a partir da qual o CAR será considerado implantado para os fins do disposto neste Decreto e detalhará as informações e os documentos necessários à inscrição no CAR, ouvidos os Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

As informações são de responsabilidade do declarante e a inscrição no CAR deverá ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, preferencialmente junto ao órgão ambiental municipal ou estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Caso detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados no CAR, o órgão responsável deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas.

Para o registro no CAR dos imóveis rurais referidos no inciso V do caput do art. 3º, da Lei nº 12.651/2012, será observado procedimento simplificado, nos termos de ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente, no qual será obrigatória apenas a identificação do proprietário ou possuidor rural, a comprovação da propriedade ou posse e a apresentação de croqui que indique o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal. Caberá ao proprietário ou possuidor apresentar os dados com a identificação da área proposta de Reserva Legal.

Programa de Regularização Ambiental - PRA

Serão instituídos, no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, **Programas de Regularização Ambiental - PRAs**, que compreenderão o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental com vistas ao cumprimento do disposto no Capítulo XIII da Lei nº 12.651/2012.

São **instrumentos** do Programa de Regularização Ambiental:

- o Cadastro Ambiental Rural - CAR, conforme disposto no caput do art. 5º;
- o termo de compromisso;
- o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas; e,
- as Cotas de Reserva Ambiental - CRA, quando couber.

Os Programas de Regularização Ambiental - PRAs deverão ser implantados no prazo de um ano, contado da data da publicação da Lei nº 12.651/2012, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo.



A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, a que deverá ser requerida pelo interessado no prazo de um ano, contado a partir da sua implantação, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo.

No período entre a publicação da Lei nº 12.651, de 2012, e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, e após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

A partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações mencionadas acima, e cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para a regularização ambiental das exigências previstas na Lei nº 12.651/2012, nos prazos e condições neles estabelecidos. As multas decorrentes das infrações acima serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA.

O proprietário ou possuidor rural inscrito no CAR que for autuado pelas infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, durante o prazo referido no artigo 11 deste Decreto, poderá promover a regularização da situação por meio da adesão ao PRA.

Os PRAs a serem instituídos pela União, Estados e Distrito Federal deverão incluir mecanismo que permita o acompanhamento de sua implementação, considerando os objetivos e metas nacionais para florestas, especialmente a implementação dos instrumentos previstos na Lei nº 12.651, de 2012, a adesão cadastral dos proprietários e possuidores de imóvel rural, a evolução da regularização das propriedades e posses rurais, o grau de regularidade do uso de matéria-prima florestal e o controle e prevenção de incêndios florestais.

As atividades contidas nos *Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas* deverão ser concluídas de acordo com o cronograma previsto no Termo de Compromisso.

A recomposição da Reserva Legal de que trata o art. 66 da Lei nº 12.651, de 2012, deverá atender os critérios estipulados pelo órgão competente do SISNAMA e ser concluída em até vinte anos, abrangendo, a cada dois anos, no mínimo um décimo da área total necessária à sua complementação. É facultado ao proprietário ou possuidor de imóvel rural, o uso alternativo do solo da área necessária à recomposição ou regeneração da Reserva Legal, resguardada a área da parcela mínima definida no Termo de Compromisso que já tenha sido ou que esteja sendo recomposta ou regenerada, devendo adotar boas práticas agronômicas com vistas à conservação do solo e água.

Os PRAs deverão prever as sanções a serem aplicadas pelo não cumprimento dos Termos de Compromisso firmados nos termos deste Decreto.

Recomposição das Áreas de Preservação Permanente: poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

- condução de regeneração natural de espécies nativas;



- plantio de espécies nativas;

- plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas; e

- plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até cinquenta por cento da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º da Lei nº 12.651/2012.

Para os imóveis rurais com área:

a) de até um módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais: será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em cinco metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;

b) com área superior a um módulo fiscal e de até dois módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais: será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em oito metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;

c) com área superior a dois módulos fiscais e de até quatro módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais: será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em quinze metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;

d) para fins do que dispõe o inciso II do § 4º do art. 61-A da Lei nº 12.651, de 2012, a recomposição das faixas marginais ao longo dos cursos d'água naturais será de, no mínimo: 1) vinte metros, contados da borda da calha do leito regular, para imóveis com área superior a quatro e de até dez módulos fiscais, nos cursos d'água com até dez metros de largura; e 2) nos demais casos, extensão correspondente à metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de trinta e o máximo de cem metros, contados da borda da calha do leito regular;

e) nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural: obrigatória a recomposição do raio mínimo de quinze metros;

f) para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural: obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de: (i) cinco metros, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal; (ii) oito metros, para imóveis rurais com área superior a um módulo fiscal e de até dois módulos fiscais; (iii) quinze metros, para imóveis rurais com área superior a dois módulos fiscais e de até quatro módulos fiscais; e (iv) trinta metros, para imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais.

g) nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas: obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de: (i) trinta metros,

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



para imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais; e (ii) cinquenta metros, para imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais.

Será considerada, para os fins do disposto neste artigo, a área detida pelo imóvel rural em 22 de julho de 2008.

Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que firmaram o Termo de Adesão e Compromisso que trata o inciso I do caput do art. 3o do Decreto no 7.029, de 10 de dezembro de 2009, até a data de publicação deste Decreto, não serão autuados com base nos arts. 43, 48, 51 e 55 do Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

O Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009, e, para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT nº 142, de 11 de outubro de 2012

Altera a Portaria CAT-92/98, de 23-12-98, que implanta e uniformiza procedimentos relativos ao sistema eletrônico de serviços dos Postos Fiscais Administrativos do Estado.

A Portaria CAT 142/2012, de 11 de outubro de 2012, publicada em 12/10/2012, altera a Portaria CAT-92/98, de 23-12-98, que implanta e uniformiza procedimentos relativos ao sistema eletrônico de serviços dos Postos Fiscais Administrativos do Estado.

Vale lembrar que a Portaria CAT 92/1998 trata do sistema eletrônico dos serviços fiscais disponíveis por intermédio da “internet”, e o seu Anexo III refere-se especificamente aos contribuintes obrigados à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

A Portaria em tela acrescentou os §§ 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 6º do Anexo III da Portaria CAT 92/1998, abaixo colacionados:

“§ 4º - Tratando-se de contribuinte sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - “Simples Nacional”, sem prejuízo de verificação fiscal posterior, fica dispensado o envio ou a apresentação dos documentos referidos no “caput”.

§ 5º - A data da baixa de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS deverá corresponder à data da última operação ou prestação realizada no estabelecimento ou, caso nenhuma operação ou prestação tenha sido realizada, à data da inscrição do estabelecimento no cadastro.

§ 6º - Na hipótese de o estabelecimento não encerrar suas atividades, prosseguindo com aquelas não sujeitas ao ICMS, a solicitação de baixa da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, correspondente ao evento “604” no



programa “PGD”, não será deferida caso permaneçam, nos atos constitutivos ou nos dados cadastrais do estabelecimento, informações de que nele são praticadas atividades sujeitas ao ICMS.

§ 7º - Não se aplica o disposto no § 6º na hipótese de regime especial que dispense a inscrição de estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do ICMS.”

Em suma, quando da comunicação da suspensão de atividade ou solicitação de baixa no Cadastro de Contribuintes, as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas de enviar, ao Posto Fiscal que estiverem vinculadas, os seguintes documentos:

I - alvará judicial ou documento equivalente, em caso de falecimento de empresário;

II - procuração outorgada pelo representante legal do contribuinte, quando for o caso;

III - declaração relativa ao motivo da suspensão ou baixa da inscrição, conforme modelo previsto no Anexo III-A, a qual deverá conter, dentre outras informações, a relação de livros e documentos fiscais utilizados e em branco e a identificação e assinatura do responsável pela sua guarda pelo prazo previsto no artigo 230 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000.

A Portaria CAT 142/2012 entrou em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor da mesma, [clique aqui](#).

Decreto 58.451, de 11 de outubro de 2012

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto 58.451/2012, publicado no DOE de 12/10/2012, acrescenta o § 2º ao artigo 24 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000, passando o atual parágrafo único a denominar-se § 1º:

"§ 2º - Tratando-se de comunicação de suspensão de atividade ou de solicitação de baixa de inscrição cadastral de estabelecimento, o contribuinte poderá, nas hipóteses e condições estabelecidas pela Secretaria da Fazenda, ser dispensado de apresentar documentos pertinentes à referida comunicação ou solicitação, sem prejuízo de posterior verificação fiscal."

Em síntese o decreto em tela prevê que, em se tratando de comunicação de suspensão de atividade ou de solicitação de baixa de inscrição cadastral de estabelecimento, o contribuinte poderá, nas hipóteses e condições



estabelecidas pela Secretaria da Fazenda, ser dispensado de apresentar documentos pertinentes à referida comunicação ou solicitação, sem prejuízo de posterior verificação fiscal.

O Decreto 58.451/2012 entrou em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS 131, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 107/08, de 16 de novembro de 2008, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

Publicado em 8 de outubro de 2012 no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 131, celebrado pelos Estados de São Paulo e Alagoas, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 107/08, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO

Item	Descrição das mercadorias	NCM/SH	MVA-ST original(%)
1	Suportes elásticos para cama	9404.10.00	159,34
2	Colchões, inclusive Box	9404.2	88,72
3	Travesseiros e pillow	9404.90.00	95,84

”.

O Protocolo ICMS 131, de 28 de setembro de 2012, começou a vigorar em 08/10/2012 e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para acessar o inteiro teor do Protocolo ICMS 131/2012, [clique aqui](#).



Protocolo ICMS 130, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 106/08, de 16 de novembro de 2008, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Publicado em 08 de outubro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 130, celebrado entre os Estados de São Paulo e Alagoas, altera a cláusula segunda do Protocolo ICMS 106, de 16 de novembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Cláusula segunda** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço único ou máximo de venda a varejo fixado pelo órgão público competente.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições, e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

“MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ”, onde:

I – “MVA ST original” é a margem de valor agregado indicada no Anexo Único deste protocolo;

II – “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

Ainda, acrescenta o Anexo Único ao Protocolo ICMS 106/08 e revoga o inciso III da cláusula sexta e os Anexos I e II do mesmo Protocolo.

O Protocolo ICMS 130, de 28 de setembro de 2012, entrou em vigor em 08/10/2012 e para acessar o seu inteiro teor e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

**Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012**

Regulamenta a incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta devida pelas empresas, de que tratam os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2012 o Decreto nº 7.828 (de 16/10/2012), que regulamentou a incidência da contribuição sobre a receita bruta devida pelas empresas, de que tratam os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

Não foram promovidas alterações relacionadas ao cálculo da contribuição sobre a receita bruta. Assim, a substituição da contribuição sobre a folha pela receita bruta deverá ser observada apenas em relação aos produtos industrializados pela empresa, com base nos conceitos de industrialização e industrialização sob encomenda previstos na legislação do IPI.

No tocante a base de cálculo, foram igualmente mantidas as disposições previstas na Lei nº 12.546, com as suas alterações, que em suma, dispõe que a receita bruta deverá ser considerada sem o ajuste de que trata o inciso VIII do art. 183, da Lei nº 6.404/76 e que, devem ser excluídas da base de cálculo da contribuição: **(a)** as vendas canceladas; **(b)** os descontos incondicionais concedidos; **(c)** a receita bruta de exportações; **(d)** o IPI, se incluído na receita bruta e o **(e)** ICMS quando cobrado pelo substituto tributário.

Em verdade, o Decreto nº 7.828/2012 buscou compilar todas as alterações realizadas na Lei nº 12.546/2011, alterada pela MP 563/2012 (convertida na Lei nº 12.715/2012) e pela MP 582, de 2012, criando os Anexos I e II, conforme cronograma abaixo:

Previsão legal	NCM's	Alíquota (%) Contribuição sobre a receita bruta	Vigência
MP 540/11arts. 7º e 8º	SERVIÇOS: TI e TIC; INDÚSTRIA: NCM's 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00, 6309.00, 64.01 a 64.06; e códigos 94.01 a 94.03;	2,5%	1º/12/11 a 31/07/12
		1,5%	1º/12/11 a 31/12/14
Lei nº 12.546arts. 7º e 8º (incisos I e II)	SERVIÇOS: TI e TIC; INDÚSTRIA: NCM'S 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00,	2,5% 1,5%	Já estavam vigentes mas exclui os códigos 94.01 a 94.03 da TIPI

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



	6309.00, 64.01 a 64.06;		
Lei nº 12.546 art. 8º (incisos III, IV, V) art. 21	INDÚSTRIA: NCM'S 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14; 8308.10.00, 8308.20.00, 9606.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e no código 9506.62.00 (NCM inseridos após a conversão da MP 540 em Lei 12.546)	1,5%	1º/04/2012 a 31/12/2014
Lei nº 12.546, alterada pela MP 563/12	SERVIÇOS: TI, TIC e <i>Design Houses</i> (chips) e setor hoteleiro da subclasse 5510-8/01 – CNAE versão 2.0 e que exerçam atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados; INDÚSTRIA: NCM'S relacionados no Anexo I inserido pela MP 563 à Lei nº 12.546 – <i>setores</i> : plásticos, borrachas, têxtil, confecções, couro e calçados, material elétrico, bens de capital (mecânico), ônibus, autopeças, naval, aéreo, móveis; Obs. Não se aplica: (a) às empresas que se dediquem a atividades diversas das previstas no Anexo, quando a receita bruta decorrente seja igual ou superior s 95%; (b) aos fabricantes de automóveis, comerciais leves, caminhões e chassis, chassis com motor para ônibus, tratores agrícolas e colheitadeiras.	2,0%	1º/08/12 a 31/12/12
		1,0%	1º/08/12 a 31/12/14
Lei nº 12.546, alterada pela Lei nº 12.715	SERVIÇOS: I. transporte rodoviário coletivo de passageiros (CNAE 4921-3 e 4922-1); II. manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos; III. transporte aéreo de carga; IV. transporte aéreo de passageiros regular; de transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem; V. transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem; VI. transporte marítimo de carga na navegação de longo curso; VII. transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso; de transporte por navegação interior de carga; VIII. transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; IX. navegação de apoio marítimo e de apoio portuário. INDÚSTRIA: NCM's referidos no	2,0%	1º/01/2013 a 31/12/2014
		1,0%	1º/01/2013 a 31/12/2014
		1,0%	1º/01/2013 a 31/12/2014

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



	Anexo II (produtos incluídos na conversão da MP 563 em Lei nº 12.715)		
Lei nº 12.546, alterada pela MP 582/12	INDÚSTRIA NCM's referidos no Anexo II (produtos incluídos com a edição da MP 582)	1,0%	1º/01/2013 a 31/12/2014

No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além daquelas que foram incluídas na desoneração da folha de salários, constantes nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546 e suas alterações, o cálculo da contribuição, até 31/12/2014 obedecerá: **(i)** a aplicação da alíquota da nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta, quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades cujos NCM's foram relacionados nos Anexos I e II do Decreto nº 7.828/2012, conforme o caso e **(ii)** quanto a parcela da receita bruta relativa a atividades não sujeitas às contribuições previstas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546, o disposto no art. 22 da Lei nº 8.212/91 reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços ou à fabricação dos produtos desonerados e a receita bruta total.

Saliente-se que, foi determinado que nos meses em que as empresas não auferirem receita relativa às atividades previstas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011 (com suas alterações), deverão efetuar o recolhimento da contribuição sobre a folha de salários (art. 22, incisos I e III da Lei nº 8.212/91) sobre a sua totalidade, não lhes sendo aplicáveis, neste caso, a proporcionalização adotada no caso de atividade mista, tratada no inciso II do art. 6º do Decreto nº 7.828.

Por fim, em relação aos períodos anteriores à incidência da contribuição sobre a receita bruta, mantém-se a incidência das contribuições previstas no art. 22, da Lei nº 8.212/91, aplicada de forma proporcional sobre o 13º salário e nesse caso, para fins de cálculo da razão em caso de atividade mista, deverá ser observada a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao mês de dezembro de cada ano-calendário.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto nº 7.828, de 2012, [clique aqui](#).

Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 15 de outubro de 2012

Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

e, **Resolução SF 72, de 15 de outubro de 2012**

Dispõe sobre os acréscimos financeiros incidentes sobre parcelamentos de débitos fiscais relativos ao ICMS, a que se referem os §§ 3º e 7º do artigo 100 da Lei 6.374, de 01-03-1989.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Segue abaixo nota informativa veiculada no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 16/10/2012, referente a Resolução Conjunta SF/PGE 02/2012 e a Resolução SF 72/2012, publicadas no DOE nessa mesma data.

“A Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) estabelecem novas regras que aprimoram e flexibilizam o parcelamento de débitos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A partir desta terça-feira, 16/10, entra em vigor a Resolução Conjunta SF/PGE nº 02 que permite ao contribuinte solicitar um maior número de parcelamentos e aumentar a quantidade de débitos fiscais que podem ser incluídos em cada um deles. As normas abrem também acesso a parcelamento especial de até 60 vezes, superior ao limite anterior de 36 pagamentos.

Com a medida, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 16/10, a Fazenda e a PGE implantam novo sistema de prestações constantes, no qual a parcela mensal permanece inalterada até o final do prazo de quitação dos débitos fiscais. Esta nova regra substitui a anterior que previa o pagamento de valores crescentes até o final do acordo. A forma de cálculo das mensalidades está exposta na Resolução SF nº 72 que define os percentuais de acréscimos financeiros para as cotas mensais: 1% ao mês para parcelamentos até 12 meses; 1,2% para débitos divididos de 13 a 36 parcelas; e 1,4% para períodos de 37 a 60 meses.

A Resolução Conjunta SF/PGE nº 02 manteve vários itens da Resolução SF nº 99 (revogada com a edição dos novos critérios). O valor mínimo de parcela permanece em R\$ 500,00 assim como o prazo para rompimento de 90 dias. As possibilidades de se efetuar reparcèlement e postergação de prestações mensais não foram alteradas.

Os débitos declarados em Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) podem ser parcelados por meio de acesso ao site do Posto Fiscal Eletrônico pelo endereço www.pfe.fazenda.sp.gov.br, sem a necessidade de deslocamento do contribuinte às unidades de atendimento da Fazenda. Os pedidos de parcelamento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa e ajuizados são efetuados também por via eletrônica pelo site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, da PGE.

As modificações implementadas proporcionam à Fazenda e à PGE mecanismos mais eficientes de cobrança administrativa. Os contribuintes ganham condições melhores para regularizar suas pendências tributárias e prazos mais longos para parcelar os débitos de ICMS.

Os contribuintes podem obter mais informações bem como instruções junto ao Guia do Usuário, disponível para consulta no site da Secretaria da Fazenda (www.fazenda.sp.gov.br), selecionando as opções "ICMS" e "parcelamento".

Parcelamento de ICMS – Principais alterações (Resolução Conjunta SF/PGE nº 02 – Resolução SF nº 72)

Resolução Conjunta SF/PGE nº 02 e Resolução SF nº 72 de 15/10/2012(Novos critérios)	Resolução SF nº 99 de 13/10/2010(Revogada)
Permite até 5 parcelamentos:	Até 3 parcelamentos:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



<ul style="list-style-type: none"> • 2 parcelamentos em até 12 vezes • 1 parcelamento em até 24 vezes • 1 parcelamento em até 36 vezes • 1 parcelamento especial em até 60 vezes 	<ul style="list-style-type: none"> • 1 parcelamento em até 12 vezes • 1 parcelamento em até 24 vezes • 1 parcelamento em até 36 vezes
<p>Cada parcelamento corresponde a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 3 períodos de apuração (para parcelamento até 12 vezes) • Até 2 períodos de apuração (para parcelamento até 24 vezes) • 1 período de apuração (para parcelamento não superior a 36 vezes) • Débito apurado em um único Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) • Para parcelamento especial (até 60 meses) não haverá limite na quantidade de débitos, a ser definida pelo Fisco ou PGE 	<p>Cada parcelamento correspondia a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Débito declarado: um único período de apuração • Débito apurado: um único Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de prestações constantes • Percentual de acréscimo financeiro fixados de forma escalonada 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamentos em valores crescentes • Percentual de acréscimo financeiro variável, de acordo com o mês de protocolo do pedido

” Fonte: <http://www.fazenda.sp.gov.br/publicacao/noticia.aspx?id=1753>

Fica revogada, a partir de 16/10/2012, a Resolução SF-99, de 13 de outubro de 2010, que tratava do assunto.

Clique na norma para conhecer o inteiro teor da [Resolução Conjunta SF/PGE 02](#) e da [Resolução SF 72/2012](#).



Protocolo ICMS 140, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 71/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Publicado em 10 de outubro de 2012 no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 140, celebrado pelos Estados de São Paulo e Paraná, acrescenta ao Protocolo ICMS 71, de 30 de setembro de 2011, o item 88 em seu Anexo Único.

Item 88:

88	44.07	Madeira serrada ou fendida longitudinalmente, cortada em folhas ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6mm
----	-------	--

O Protocolo ICMS 140, de 28 de setembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação, em 10/10/2012 e produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação, ou seja, 1º (primeiro) de dezembro de 2012. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS 133, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 104/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Publicado em 08 de outubro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 133 altera a cláusula segunda do Protocolo ICMS 104, de 16 de outubro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula segunda: A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço único ou máximo de venda a varejo fixado pelo órgão público competente.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições, e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

“MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ”, onde:



I – “MVA ST original” é a margem de valor agregado indicada no Anexo Único deste protocolo;

II – “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

Ainda, revoga a cláusula primeira e os Anexos I e II do Protocolo ICMS 104/08 e acrescenta em seu texto o Anexo Único.

O Protocolo ICMS 133, de 28 de setembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir de 1º (primeiro) de novembro de 2012. Para acessar o seu inteiro teor e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

Protocolo ICMS 129, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 105, de 16 de novembro de 2008, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Publicado em 08 de outubro de 2012 no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 129, celebrado pelos Estados de São Paulo e Alagoas, altera a cláusula segunda do Protocolo ICMS 105/08, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula segunda: A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço único ou máximo de venda a varejo fixado pelo órgão público competente.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições, e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (“MVA Ajustada”), calculado segundo a fórmula:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



“MVA ajustada = $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ”, onde:

I – “MVA ST original” é a margem de valor agregado indicada no Anexo Único deste protocolo;

II – “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a “ALQ intra” ser inferior à “ALQ inter”, deverá ser aplicada a “MVA – ST original”, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”.

Outrossim, revoga os Anexos I e II do Protocolo ICMS 105/08 e acrescenta o Anexo Único ao mesmo Protocolo:

Anexo Único:

ITEM	DESCRIÇÃO	NCM/SH	MVA-ST original(%)
1	água sanitária, branqueador ou alvejante	2828.90.11, 2828.90.19, 3206.41.00, 3808.94.19	55,66
2	odorizantes / desodorizantes de ambiente e superfície	3307.41.00, 3307.49.00, 3307.90.00, 3808.94.19	53,33
3	sabões em barras, pedaços ou figuras moldados	3401.19.00	37,85
4	sabões ou detergentes em pó, flocos, palhetas, grânulos ou outras formas semelhantes	3401.20.90, 3402.20.00	21,17
5	detergentes líquidos	3402.20.00	28,42
6	outros agentes orgânicos de superfície (exceto sabões); preparações tensoativas, preparações para lavagem (incluídas	3402	30,26

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



	as preparações auxiliares para lavagem) e preparações para limpeza (inclusive multiuso e limpadores), mesmo contendo sabão, exceto as da posição 34.01 e os produtos descritos nos itens 4 e 5		
7	pomadas, cremes e preparações semelhantes, para calçados ou para couros	3405.10.00	68,32
8	pastas, pós, saponáceos e outras preparações para arear	3405.40.00	54,74
9	facilitadores e goma para passar roupa	3505.10.00, 3506.91.20, 3905.12.00, 3809.91.90	64,96
10	inseticidas, rodenticidas, fungicidas, raticidas, repelentes e outros produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens exclusivamente para uso domissanitário direto	3808.50.10, 3808.91, 3808.92.1, 3808.99	27,01
11	desinfetantes apresentados em quaisquer formas ou embalagens	3808.94	48,61
12	amaciante/suavizante	3809.91.90	35,74
13	esponjas para limpeza	3924.10.00, 3924.90.00, 6805.30.10, 6805.30.90	57,80
14	álcool etílico para limpeza	2207.10.00, 2207.20.10	38,52
15	óleo para conservação e limpeza de móveis e outros artigos de madeira	2710.12.90	76,33
16	dicloro estabilizado, ácido tricloro isocianúrico, hipocloritos, hipoclorito de cálcio comercial, cloritos, hipobromitos, nas formas líquida, sólida, gasosa, em pó, granulado, pastilhas ou em tabletes e demais desinfetantes para uso em piscinas; cloradores flutuantes de qualquer tipo, tamanho ou composição	2801.10.00, 2828.10.00, 2933.69.11, 2933.69.19, 3808.94.28, 28.28	50,25

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



17	carbonato de sódio 99%	2803.00.90	87,01
18	cloreto de hidrogênio (ácido clorídrico) ácido clorossulfúrico, em solução aquosa	2806.10.20	82,12
19	limpador abrasivo e/ou soda cáustica em forma ou embalagem para uso direto de conteúdo igual ou inferior a 25 litros ou 25 kg	28.15	67,00
20	desumidificador de ambiente	2827.20.90	58,24
21	floculantes clarificantes, decantadores à base de cloretos, oxicloretos, hidrocloretos; sulfatos de alumínio e outros sais de alumínio; todos na forma líquida, granulada, em pó, pastilhas, tabletes, todos utilizados em piscinas e em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros ou 25 kg	2827.32.00, 2827.49.21, 2833.22.00, 2924.1	59,70
22	tira-manchas e produtos para pré-lavagem de roupas	2832.20.00, 2901.10.00	62,45
23	barrilha leve, carbonatos de sódio, carbonato de cálcio, hidrogeno carbonato de sódio ou bicarbonato de sódio, todos utilizados em piscinas e em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 kg	2836.20.10, 2836.30.00, 2836.50.00	59,29
24	naftalina	2902.90.20	44,39
25	antiferrugem	2917.11.10	57,15
26	clarificante em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros	2923.90.90	79,25
27	controlador de metais em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros	2931.90.79, 2931.00.79	48,28
28	flutuador 4x1	2933.69.19	50,25
29	limpa-bordas em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros	3402.90.39	61,18

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



30	preparações lubrificantes e preparações dos tipos utilizados para lubrificar e amaciar matérias têxteis, para untar couros, peleteria e outras matérias	34.03	67,01
31	neutralizador/eliminador de odor	38.02	64,09
32	algicidas, removedores de gordura e oleosidade, à base de sais, peróxido-sulfato de sódio ou potássio; todos utilizados em piscinas e em embalagens de conteúdo igual ou inferior a 25 litros	2815.30.00, 2842.10.90, 2922.13, 2923.90.90, 3808.92, 3808.93, 3808.94, 3808.99	67,66
33	kit teste ph/cloro, fita-teste	3822.00.90	60,16
34	produtos para limpeza pesada em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 25 litros ou 25 kg	3824.90.49	56,58
35	reductor de pH: produtos em solução aquosa ou não, de ácidos clorídricos, sulfúrico, fosfórico, e outros redutores de pH da posição 3824.90.79, todos utilizados em piscinas e em embalagem de conteúdo igual ou inferior a 5 litros	2806.10.20, 2807.00.10, 2809.20.1, 3824.90.79	35,06
36	sacos de lixo de conteúdo igual ou inferior a 100 litros	3923.2	66,68
37	rodilhas, esfregões, panos de prato ou de cozinha, flanelas e artefatos de limpeza semelhantes	6307.10.00	68,54
38	aparelhos mecânicos ou elétricos odorizantes, desinfetantes e afins	8424.89, 8516.79.90	67,60
39	vassouras e escovas, constituídas por pequenos ramos ou outras matérias vegetais reunidas em feixes, com ou sem cabo	9603.10.00	71,98
40	vassouras, rodos, cabos e afins	9603.90.00	58,96

O Protocolo ICMS 129, de 28 de setembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2013. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).



Protocolo ICMS 120, de 28 de setembro de 2012

Altera o Protocolo ICMS 82/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

Publicado em 08 de outubro de 2012 no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 120 altera o Protocolo ICMS 82, de 30 de setembro de 2011, celebrado pelos Estados de São Paulo e Goiás, para o fim de retirar as esponjas e palhas de lã de aço ou ferro para limpeza doméstica (NCM 7323.10.00) da substituição tributária na descrição do item 59 do Anexo Único do Protocolo ICMS 82/11.

Contudo, válida as operações realizadas com estas mercadorias, da Nomenclatura supracitada, realizadas até o início da vigência deste protocolo sem a retenção do imposto correspondente disciplinada no Protocolo ICMS 82/11.

O Protocolo ICMS 120, de 28 de setembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2012. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Comunicado DA 73, de 09 de outubro de 2012

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/11/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 10/10/2012, o Comunicado DA 73, de 09/10/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/11/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF 31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/11/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,90% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 73/2012, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Convênio ICMS 108, de 28 de setembro de 2012. Autoriza o Estado de São Paulo a dispensar ou reduzir multas e demais acréscimos legais mediante parcelamento de débitos fiscais relativos ao ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 04/10/2012, o Convênio ICMS nº 108 que autoriza o Estado de São Paulo a instituir o programa de parcelamento de débitos fiscais do ICMS vencidos até 31 de julho de 2012 e dispensar ou reduzir as multas e acréscimos legais constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, inclusive ajuizados.

O referido débito será consolidado na data do pedido de ingresso no programa com todos os acréscimos legais, inclusive com os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à SEFAZ, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 31/07/2012.

Após sua consolidação, os débitos poderão ser pagos da seguinte forma:

- a) parcela única com redução de até 75% (setenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e de até 60% (sessenta por cento) dos demais acréscimos legais;
- b) em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com redução de até 50% (cinquenta por cento) das multas punitivas e moratórias e 40% (quarenta por cento) dos demais acréscimos legais.

Os juros mensais aplicáveis às parcelas serão:

- a) 0,64% para liquidação em até 24 (vinte e quatro parcelas);
- b) 0,80% para liquidação de 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas;
- c) 1% para liquidação de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) parcelas.

Para ingresso no programa, o sujeito passivo autorizará o débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a SEFAZ e reconhecerá os débitos, sendo condicionada a desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, bem como impugnações, defesas e recursos apresentados na esfera administrativa. O prazo máximo para a opção do contribuinte será estipulada pela legislação estadual e não poderá exceder a 31/08/2013.

Implicará na revogação do parcelamento em tela, a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas neste convênio, estar em atraso de mais de três parcelas sucessivas ou não e a inclusão de débito anteriormente incluído no parcelamento existente em andamento regular em 31/05/2012.

A legislação estadual poderá dispor sobre o valor mínimo de cada parcela, redução do valor dos honorários advocatícios, os percentuais de redução de juros e multas, observados os limites e prazos estabelecidos neste convênio, hipóteses de utilização de crédito acumulado e o tratamento para a liquidação antecipada das parcelas.



O Convênio ICMS 108/2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Convênio ICMS nº 101, de 28 de setembro de 2012

Prorroga as disposições de convênios que concedem benefícios fiscais.

Aos 4 de outubro de 2012, foi publicado o Convênio ICMS 101, que prorroga as disposições de uma série de Convênios ICMS até 31 de dezembro de 2014, dentre os quais, destacam-se os seguintes:

- **CONVÊNIO ICMS 52/91** - Concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas;
- **CONVÊNIO ICMS 75/91** - Dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica;
- **CONVÊNIO ICMS 100/97** - Reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica, e dá outras providências.

As disposições dos Convênios ICMS adiante especificados ficam prorrogadas para até 31 de dezembro de 2013:

- **CONVÊNIO ICMS 24/89** - Isenta do ICMS as operações de entrada de mercadoria importadas para a industrialização de componentes e derivados de sangue, nos casos que especifica;
- **CONVÊNIO ICMS 104/89** - Autoriza a concessão de isenção do ICMS na importação de bens destinados a ensino, pesquisa e serviços médico-hospitalares;
- **CONVÊNIO ICMS 03/90** - Concede isenção do ICMS às saídas de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- **CONVÊNIO ICMS 123/92** - Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção às operações internas e interestaduais com pós-larva de camarão;
- **CONVÊNIO ICMS 29/93** - Autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS nas prestações internas de serviço de transporte de calcário a programas estaduais de preservação ambiental;
- **CONVÊNIO ICMS 50/93** - Autoriza os Estados que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas de tijolos e telhas cerâmicos;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- **CONVÊNIO ICMS 33/96** - Autoriza os Estados (Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul) que menciona a reduzir a base de cálculo do ICMS nas operações internas com ferros e aços não planos comuns;
- **CONVÊNIO ICMS 84/97** - Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS na comercialização de produtos destinados a órgãos ou entidades da administração pública;
- **CONVÊNIO ICMS 123/97** - Concede isenção do ICMS nas operações que destinem mercadorias ao Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das IFES e HUS;
- **CONVÊNIO ICMS 33/00** - Autoriza os Estados e o Distrito Federal a celebrar transação, a não constituir crédito ou a desconstituí-lo, nos casos e condições que menciona;
- **CONVÊNIO ICMS 140/01** - Concede isenção do ICMS nas operações com medicamentos;
- **CONVÊNIO ICMS 19/02** - Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS na importação de mercadorias destinadas a construção de usina produtora de energia elétrica;
- **CONVÊNIO ICMS 58/02** - Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS relativo ao diferencial de alíquotas e à importação, bem como a conceder redução da base de cálculo nas operações internas, relativamente a fornecimento de mercadorias a usinas produtoras de energia elétrica;
- **CONVÊNIO ICMS 87/02** - Concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal;
- **CONVÊNIO ICMS 133/02** - Reduz a base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais realizadas por estabelecimento fabricante ou importador, sujeitos ao regime de cobrança monofásica das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, a que se refere à Lei Federal nº 10.485, de 3 de julho de 2002;
- **CONVÊNIO ICMS 08/2003** – Autoriza os Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal a conceder crédito presumido na saída de adesivo hidroxilado produzido com material resultante da moagem ou trituração de garrafa PET;
- **CONVÊNIO ICMS 18/03** - Dispõe sobre isenção de ICMS nas operações relacionadas ao Programa Fome Zero;
- **CONVÊNIO ICMS 04/04** - Autoriza unidades federadas a conceder isenção do ICMS à prestação de serviço de transporte intermunicipal de cargas;
- **CONVÊNIO ICMS 128/04** - Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS às saídas internas das mercadorias médico-hospitalares;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- **CONVÊNIO ICMS 129/04** - Autoriza os Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo a conceder isenção do ICMS incidente nas saídas de bens e mercadorias recebidos em doação, promovidas pela organização não-governamental "AMIGOS DO BEM - Instituição Nacional Contra a Fome e a Miséria no Sertão Nordestino", destinadas a compor suas ações para a melhoria da situação alimentar e nutricional de famílias em situação de pobreza nas regiões do norte e nordeste do país;
- **CONVÊNIO ICMS 153/04** - Autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais na modalidade redução de base de cálculo do ICMS;
- **CONVÊNIO ICMS 28/05** - Autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins a conceder isenção do ICMS relativo à importação de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias do Estado;
- **CONVÊNIO ICMS 79/05** - Concede isenção do ICMS às operações destinadas aos Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo dos Estados e do Distrito Federal;
- **CONVÊNIO ICMS 130/05** - Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção nas saídas de aviões;
- **CONVÊNIO ICMS 131/05** - Autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Paraná e São Paulo a conceder isenção nas operações internas com farinha de mandioca não temperada;
- **CONVÊNIO ICMS 155/05** - Autoriza o Estado São Paulo a conceder crédito outorgado do ICMS na intervenção técnica de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF;
- **CONVÊNIO ICMS 03/06** - Concede isenção do ICMS incidente nas saídas internas de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias das unidades federadas;
- **CONVÊNIO ICMS 09/06** - Concede isenção do ICMS nas transferências de bens destinados à manutenção do Gasoduto Brasil-Bolívia;
- **CONVÊNIO ICMS 03/2006** - Concede isenção do ICMS incidente nas saídas internas de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias das unidades federadas (REPORTO);
- **CONVÊNIO ICMS 27/2006** - Autoriza os Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal a conceder crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus respectivos contribuintes a projetos culturais credenciados pelas respectivas Secretarias de Estado da Cultura;
- **CONVÊNIO ICMS 30/2006** - Concede isenção do ICMS na operação de circulação de mercadorias caracterizada pela emissão e negociação do Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e do Warrant

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Agropecuário - WA, nos mercados de bolsa e de balcão como ativos financeiros, instituídos pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004;

- **CONVÊNIO ICMS 32/2006** - Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS na importação de locomotiva e trilho para estrada de ferro;
- **CONVÊNIO ICMS 74/2006** - Autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins a parcelar e a dispensar juros e multas de débitos fiscais nas operações realizadas por contribuinte que participe de evento promocionais destinados a promover incremento nas vendas a consumidor final, por meio da concessão de descontos sobre o preço dos produtos;
- **CONVÊNIO ICMS 97/2006** - Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder dispensa do pagamento do diferencial de alíquotas na aquisição interestadual de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias;
- **CONVÊNIO ICMS 07/2007** - Autoriza os Estados a conceder isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais e na importação de medicamentos e equipamentos destinados a pesquisas que envolvam seres humanos, inclusive em programas de acesso expandido;
- **CONVÊNIO 23/2007** - Isenta o ICMS na saída de reagente para diagnóstico da doença de chagas destinada a órgão ou entidade da administração pública direta, suas autarquias e fundações;
- **CONVÊNIO 57/2007** - Autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 4 - Amarela da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ;
- **CONVÊNIO 16/2008** - Autoriza os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo a conceder redução da base de cálculo nas operações que especifica (produtos: escadas e tapetes rolantes - 8428.40; II - partes de elevadores - 8431.31);
- **CONVÊNIO 73/2010** - Concede isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores de Gripe A (H1N1);
- **CONVÊNIO 89/2010** - Autoriza os Estados a isentar do ICMS a importação do exterior de pós-larvas de camarão e reprodutores SPF, para fins de melhoramento genético, e as saídas internas e interestaduais com reprodutores de camarão marinho;

As disposições constantes no Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza os Estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimentos em infraestrutura, ficam prorrogadas para até 30 de abril de 2017.



O Convênio ICMS 101, de 2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Convênio ICMS 98/2012

Altera o Convênio ICMS 51/00, que disciplina as operações com veículos automotores novos efetuados por meio de faturamento direto para o consumidor.

O Convênio ICMS 98, de 28 de setembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União, de 04.10.12, altera o Convênio ICMS 51/00 que dispõe sobre operações com veículos automotores novos efetuados por meio de faturamento direto para o consumidor.

O Convênio 98/12 alterou o Convênio 51/00 inserindo neste último os seguintes dispositivos:

“I – as alíneas “ao” a “aq” ao inciso I do parágrafo único da cláusula segunda:

ao) com alíquota do IPI de 31%, 33,80%;

ap) com alíquota do IPI de 35,5%, 32,57%;

aq) com alíquota do IPI de 36,5%, 32,32%;

II – as alíneas “ao” a “aq” ao inciso II do parágrafo único da cláusula segunda:

ao) com alíquota do IPI de 31%, 60,38%;

ap) com alíquota do IPI de 35,5%, 58,10%;

aq) com alíquota do IPI de 36,5%, 57,63%;”.

A cláusula segunda convalidou a aplicação dos percentuais anteriores (previstos nas alíneas “a.o” a “a.q” acrescidas aos incisos I e II do parágrafo único da cláusula segunda do Convênio ICMS 51/00) no período de 21 de maio de 2012 até a data da publicação do convênio.

O Convênio ICMS 98/2012 entra em vigor na data de sua publicação, para conhecer o seu inteiro teor [clique aqui](#).



Convênio ICMS nº 96, de 28 de setembro de 2012. Operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.

Publicado no Diário Oficial da União em 04 de outubro do ano corrente, o Convênio ICMS nº 96, de 28 de setembro de 2012, **altera** o Convênio ICMS nº 52, de 26 de setembro de 1991, que dispõe sobre a concessão de **redução da base de cálculo do ICMS nas operações com equipamentos e implementos agrícolas**.

Com a referida alteração ficam acrescidos aos Anexos I e II do Convênio ICMS nº 52/91 os seguintes itens:

Anexo I

Item	Descrição	NCM
19.8	Balança de capacidade superior a 30 kg, mas não superior a 5.000 kg	8423.82.00

Anexo II

Item	Descrição	NCM
14.18	Derriçador manual de café - "mãozinha"	8467.89.00

O presente convênio entrou em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir de 1º de dezembro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do Convênio ICMS nº 96, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).

Convênio ICMS nº 95, de 28 de setembro de 2012 - Operações com veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica.

Publicado no Diário Oficial da União em 04 de outubro do ano corrente, o Convênio ICMS nº 95, de 28 de setembro de 2012, **autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem redução do ICMS**, nas operações com veículos, peças, acessórios e outras mercadorias, produzidos por estabelecimento industrial com destino ao Exército Brasileiro, **de forma que a carga tributária resulte em 4% (quatro por cento)**, nas saídas de:

(i) VEÍCULOS MILITARES:

- a) viatura operacional militar;
- b) carro blindado e carro de combate, terrestre ou anfíbio, sobre lagartas ou rodas, com ou sem armamento;



c) outros veículos de qualquer tipo, para uso pelo Exército Brasileiro, com especificação própria dos Órgãos Militares;

(ii) SIMULADORES DE VEÍCULOS MILITARES;

(iii) TRATORES DE BAIXA OU DE ALTA VELOCIDADES, PARA USO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO, SOBRE LAGARTAS OU RODAS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENGENHARIA OU DE ARTILHARIA, PARA OBRAS OU PARA REBOCAR EQUIPAMENTOS PESADOS.

Fará igualmente jus ao benefício da redução da base de cálculo do imposto (ICMS) o estabelecimento industrial fabricante de partes, peças, acessórios, matérias-primas e componentes separados, que realizarem operações com destino ao estabelecimento industrial fabricante dos veículos anteriormente especificados, ou ao próprio Exército Brasileiro.

Nos termos do §2º da cláusula primeira do referido convênio, ato do Comando do Exército do Ministério da Defesa indicará com exclusividade quais empresas farão jus ao referido benefício, devendo constar obrigatoriamente da publicação as seguintes informações:

(i) O endereço completo das empresas e os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e no cadastro de contribuinte das unidades da Federação onde estão localizadas;

(ii) a relação de mercadorias que cada empresa está autorizada a fornecer nas operações alcançadas pelo benefício fiscal, com a respectiva classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/ Sistema Harmonizado - NCM/SH.

Após a publicação do referido ato a fruição do referido benefício do ICMS às empresas ali relacionadas fica condicionado, também, à publicação de ATO COTEPE/ICMS, acompanhada de expressa autorização favorável pelas unidades federadas (Estados e Distrito Federal) signatárias do presente convênio, que deverá ser formalizado pelos entes no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do referido ato do Conselho Nacional de Política Fazendária – COFAZ, sob pena de incorrer em aceitação tácita.

Além disso, a aplicação do referido benefício **fica condicionado** a que as referidas operações estejam contempladas com isenção ou aplicação de alíquota à zero do Imposto de Importação (II) ou do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e que estejam desoneradas das Contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS.

O presente convênio entrou em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos a partir de 1º de dezembro de 2012, expirando em 31 de dezembro de 2013.

Para conhecer o inteiro teor do Convênio ICMS nº 95, de 28 de setembro de 2012, [clique aqui](#).



Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012

Regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica.

Aos 3 de outubro de 2012, foi publicado o Decreto nº 7.819 que regulamentou o INOVAR-AUTO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.

Dentre as diversas disposições que regulamentam o INOVAR-AUTO, o [Decreto nº 7.819/2012](#) dispôs sobre a forma de fruição: **(a)** do crédito presumido do IPI; **(b)** a suspensão do IPI incidente do desembaraço aduaneiro dos mesmos produtos importados, com direito à apuração do crédito presumido; e **(c)** bem como na hipótese de importação realizada por conta e ordem de empresa habilitada ao Programa.

A apuração do crédito presumido poderá se basear conforme os dispêndios realizados em cada mês calendário, relativos a:

- a) insumos estratégicos;
- b) ferramentaria;
- c) pesquisa;
- d) desenvolvimento tecnológico;
- e) inovação tecnológica;
- f) recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT;
- g) capacitação de fornecedores; e
- h) engenharia e tecnologia industrial básica.

Os fatores variam conforme o período de instalação da empresa ou do projeto industrial para a produção de novos modelos de veículos automotores, bem como a capacidade produtiva da empresa, devendo essa apuração ser feita pelo estabelecimento matriz da empresa habilitada.

Ressalte-se que os créditos presumidos apurados em conformidade com esse Programa não estão sujeitos à incidência do PIS/PASEP e da COFINS e não devem ser computados para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A partir de 1º de janeiro de 2013, fica autorizada a redução de alíquotas do IPI incidente no desembaraço aduaneiro de veículos relacionados e nas operações internas realizadas pelos importadores habilitados ao INOVAR-AUTO, bem como nas operações com os veículos fabricados por encomenda de empresa habilitada ao Programa.

Também poderão usufruir a redução das alíquotas as empresas que, mesmo não habilitadas ao Programa se dediquem à fabricação de produto classificado nos códigos 8704.2, 8704.3, 8704.90.00, 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da TIPI, por intermédio de montagem de carroçaria sobre chassis.

Por fim, foram alteradas as seguintes Notas Complementares da TIPI: NC (87-2), NC (87-4), NC (87-5) e NC (87-7), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013; e criadas outras Notas e desdobramento de código de classificação na TIPI, de forma a definir a tributação do IPI no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017, bem como no período posterior a esse, até 31 de dezembro de 2020.

As novas disposições trataram de revogar o [Decreto nº 7.716/2012](#), que havia regulamentado a [Medida Provisória 563/2012](#), relativamente ao Programa INOVAR AUTO, bem como, a partir de 1º de janeiro de 2013, do [Decreto nº 7.567/2011](#), que regulamentava a redução de alíquotas do IPI para o setor automotivo, determinadas na [MP 540/2011](#).

O Decreto nº 7.819, de 2012 entra em vigor na data da publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 as alterações relacionadas às Notas Complementares da TIPI supra citadas, e a partir de sua publicação, em relação aos demais artigos. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto Federal nº 7.816, de 28 de setembro de 2012, que estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários, para fins do disposto no art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Publicado no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2012, o Decreto Federal nº 7.816, de 28 de setembro do mesmo ano, estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de **caminhões, furgões e implementos rodoviários**, conforme percentuais e descrições no *Anexo I*, com vista à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Em síntese, o Decreto nº 7.816/2012 regulamenta a Lei nº 8.666/93 (art. 3º) para estabelecer **margem de preferência** nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, que deverá ser contemplada nos editais após 01/10/2012 e que será aplicada até **31/12/2013**, para **aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários**, conforme *regras de origem* estabelecidas em ato do Ministro do MDIC. O não atendimento do produto às estas regras ou a não apresentação tempestiva do *formulário de declaração de cumprimento da regra de origem* o considerará como produto manufaturado estrangeiro, o que implica a não aplicação da margem de preferência.



ANEXO I

CÓDIGO NCM	PRODUTO	MARGEM DE PREFERÊNCIA
Caminhões		
87.01.20.00	Tratores rodoviários para semirreboque	17%
87.04 – toda a posição	Caminhões para transporte de mercadorias.	17%
87.05 – toda a posição	Caminhões para usos especiais.	17%
87.10.00.00	Veículos de combate.	17%
Implementos Rodoviários		
87.16. 20.00	Reboques e semirreboques para usos agrícolas.	14%
87.16.3	Outros reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias.	14%
87.16.40.00	Outros reboques e semirreboques	14%
Furgões		
87.02	Viatura ambulância, socorro médico ou unidade odontológica	15%
87.04	Viatura ambulância, socorro médico ou unidade odontológica	15%
87.05	Viatura ambulância, socorro médico ou unidade odontológica	15%

Cálculo da margem de preferência: calculada sobre o menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro, conforme fórmula prevista no *Anexo II* e condições deste regulamento.

Quando será aplicada a margem de preferência:

- a) após a fase de lances, na modalidade de pregão; e
- b) no julgamento e classificação das propostas, nas demais modalidades de licitação;
- c) não será aplicada caso o preço mais baixo ofertado seja do produto manufaturado nacional.

A aplicação da margem de preferência não exclui:

- a) direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances.

A aplicação da margem de preferência fica condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º, do art. 3º da Lei no 8.666/1993.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

Informe

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O Decreto Federal nº 7.816, de 28 de setembro de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).